

TERRITÓRIOS FABRIS RESILIENTES: CINCO CASOS A CONSIDERAR

Eloisa Dezen-Kempter

Faculdade de Tecnologia, Unicamp
elo@ft.unicamp.br

RESUMO

O trabalho apresenta uma reflexão sobre a trajetória de cinco fábricas, localizadas em São Paulo e Rio de Janeiro, sob a ótica da resiliência. A essência do conceito de resiliência reside na capacidade de adaptação das estruturas, sejam elas urbanas, corporativas, institucionais, e dos indivíduos para suportar múltiplas perturbações sem colapsar. Esta capacidade torna-se especialmente relevante em um contexto marcado por turbulência, incerteza e instabilidade causado pela velocidade das transformações tecnológicas, sociais e econômicas do atual paradigma técnico-econômico. Estas mudanças obrigaram empresas a se manterem flexíveis e ágeis e levaram ao fechamento de empresas tradicionais que não se adaptaram a esses novos desafios, resultando em impactos profundos sobre o ambiente construído pelas estruturas produtivas, consolidado ao longo do século XX. Com esta análise espera-se avançar no conhecimento dos processos dinâmicos de transformação dos territórios fabris e suas variáveis de reintegração.

Palavras-chave: Territórios Resilientes, Reuso de edificações industriais. Reabilitação urbana.

Introdução

O conceito de resiliência refere-se à capacidade de um sistema absorver perturbações e conseguir reorganizar-se, mesmo estando sujeito a forças de mudança, sendo capaz de manter o essencial das suas funções, estrutura, identidade e mecanismos (Walker et al., 2004).

Resiliência é um conceito com diferentes significados, que se estendem desde o metafórico até o específico. Santos (2009: 15) afirma que este conceito pode ser interpretado a luz de diferentes formas complementares: como a quantidade de perturbação que o sistema suporta, mantendo-se no mesmo estado ou condição; como o grau em que o sistema é capaz de se auto-organizar (comparado com a falta de organização ou a organização forçada por fatores externos); como o grau em que o sistema consegue construir e aumentar a sua capacidade de aprendizagem e de adaptação (Carpenter et al. 2001); ou como a magnitude da perturbação que pode ser absorvida, antes que o sistema mude a sua estrutura através da alteração nas variáveis e processos que controlam o seu comportamento (Gunderson e Holling, 2002).

A apropriação do conceito de resiliência neste trabalho se apoia no fator impacto da perturbação (mudança de paradigma produtivo) no território das fábricas, na

capacidade de reorganização da comunidade envolvida neste processo, e nas formas de adaptação para manutenção de suas estruturas e identidades.

As indústrias foram elementos estruturadores dos territórios e da sociedade, formaram um complexo sistema de colaborações entre atores e atividades, imprimindo uma imagem única nas cidades. Devido a uma nova dinâmica socioeconômica, a cidade, construída de modo efetivo e também simbólico, constitui um território onde novos atores e novas atividades irão formalizar e imprimir outra natureza à configuração de lugares existentes

O lugar ocupado pela indústria perde progressivamente seu papel como estruturador e definidor do espaço urbano. A desativação de estabelecimentos industriais torna estes territórios obsoletos e vulneráveis a um processo de reestruturação e incorporação resultante das novas atividades urbanas, que demandam uma nova espacialidade, colocando a permanência destes espaço em risco.

Segundo Carpenter e Brock (2008) o elemento central do conceito de resiliência é a capacidade de adaptação, e refere-se à habilidade de um sistema para se ajustar às condições internas e às circunstâncias externas.

Diante do reconhecimento de que os sistemas e os seus contextos mudam continuamente, administrar a resiliência teria por objetivo evitar que o sistema se movesse para configurações indesejáveis, o que depende deste ser capaz de suportar choques externos. Assim, torna-se necessário compreender onde é que o sistema possui resiliência e como é que ela pode ser ampliada, e para que isso ocorra é importante identificar pontos de intervenção que permitam aumentar a capacidade de adaptação deste sistema. De uma forma simplificada: a resiliência é a capacidade do sistema de ser flexível. O conceito de resiliência tem implícito a capacidade de adaptação, de aprendizagem e de reestruturação contínua.

Em meio à decomposição de determinados setores da cidade, antes ocupados por estruturas industriais, alguns lugares ficam identificados com marcas. Essas marcas estabelecem uma especificidade espacial ou até mesmo imaterial, por meio de narrativas, lendas, histórias, mitos, imagens, pinturas, filmes que retratam tal lugar e formam um imaginário multifacetado, que nem todos compartilham do mesmo modo e do qual selecionamos fragmentos de relatos, combinando-os em nosso grupo, ou individualmente, para elaborarmos uma visão que nos deixe um pouco mais tranquilos

e estabilize nossas experiências urbanas em constante transição (CANCLINI, 2005, p. 93).

O lugar deixado pela indústria apresenta noções de conjunto e qualidades, tais como complexidade, dominância, diferença, que remetem às qualidades de distinção e, por sua vez, à pregnância, não só espacial, mas também relacionada à dimensão imaterial, que, neste período de construção da cidade contemporânea, ainda veicula uma visão urbana muito forte, como sugere Canclini (2005).

A relação indústria-cidade sempre foi embasada em critérios objetivos de vantagens mútuas; a cidade se beneficiava dos empregos, dos impostos e da imagem de progresso e modernidade que a indústria trazia consigo e, em contrapartida, ficava com o ônus de sua implantação, desde as subvenções e infraestruturas iniciais até os aportes para a readequação.

No contexto da desocupação industrial, a presença de antigas instalações fabris pode ser abordada como territórios resilientes, que apesar dos choques econômicos e da mudança dos paradigmas produtivos, permanecem como espaços passíveis de novas interpretações e interações. Como exemplos de territórios fabris resilientes podemos citar o caso do Projeto Eixo-Tamanduatehy, na região do ABC em São Paulo, do projeto 22@ em Barcelona, da Exposição Internacional de Construção denominada IBA-Emscher Park, no Vale do Ruhr na Alemanha, da Fiat Lingotto em Turim.

O caso da fábrica da Fiat Lingotto, em Turim, edifício imponente de 250 mil metros quadrados em concreto armado, marco da arquitetura moderna, projetado em 1919 por Matté Trucco, que, por seu mérito arquitetônico e histórico, levou a municipalidade a conservá-lo em vez de demoli-lo “[...] em favor de arranha-céus de concreto pré-moldado de terceira categoria” (GHIRARDO, 2002, p. 204).

O Projeto 22@ é outro projeto emblemático de reabilitação do patrimônio industrial, que teve por objetivo transformar 200 hectares de solo industrial de Barcelona em “[...] um inovador distrito produtivo, dotado de excelentes infraestruturas, que oferece mais de três milhões de metros quadrados de novos espaços no centro da cidade para atividades intensivas de conhecimento”, conforme discurso dos planejadores catalães. Como plano urbanístico, o Projeto 22@ prevê a renovação de Poblenou por meio de um novo modelo de cidade mista, compacta e sustentável, que favoreça o desenvolvimento de talento e a coesão social. E como estratégia econômica tem por

objetivo transformar o principal pulmão industrial da Catalunha em importante polo científico, tecnológico e cultural.

Sobre o projeto 22@, Ester Limonad (2005) coloca que o desejo dos movimentos sociais populares de preservar áreas históricas como signo de um passado de lutas defronta-se com a intenção de renovação urbana dos planejadores, arquitetos e técnicos da prefeitura, somada à cobiça dos especuladores imobiliários. Considera ainda que os esforços de preservação do patrimônio histórico e cultural industrial catalão impulsionam os movimentos populares em razão das descaracterizações do conjunto existente operadas em nome de uma modernização e integração urbana propostas pela prefeitura de Barcelona no plano 22@.

Modelos como as intervenções na Fiat Lingotto e no plano 22@ (fig. 1) foram repetidos em várias cidades mundo afora, e, não obstante as questões econômicas e as estratégias de valorização envolvidas no processo de reabilitação de antigas áreas industriais desocupadas, de grandes dimensões e visivelmente degradadas, no intuito de transformá-las em centros comerciais cenográficos e esteticamente agradáveis, algumas questões têm sido deixadas para trás.



Fig. 1 - Fábrica Fiat Lingotto à esquerda. À direita, reabilitação de Can Gili Vell – Antiga fábrica de farinhas em Poble Nou, parte do programa 22@ de Barcelona.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Lingotto-2.jpg>;
http://www.flickr.com/photos/info_poblenou/.

Em primeiro lugar, é necessário apontar que parte desses edifícios e sítios industriais deve ser considerada patrimônio cultural, em função dos processos produtivos e dos valores estéticos da produção industrial que merecem ser registrados e fazer parte da memória daquele espaço. A nomeação de áreas industriais como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO - entre outras, a Siderurgia de Völklingen e o Complexo da Mina de Carvão Zollverein, ambos na Alemanha; a Vila Mineira de Sewell, no Chile; a Siderúrgica Engelsberg, na Suécia; a paisagem industrial da Siderúrgica de

Blaenavon, na Grã Bretanha; New Lanark, na Escócia; Saltaire, na Inglaterra e a cidade de Ouro Preto, no Brasil - reflete o reconhecimento do significado simbólico e social que assinala esses monumentos industriais como patrimônio cultural.

Em alguns países, como na Alemanha, a pátina temporal e os sinais do tempo de ruínas industriais recebem o tratamento monumental e um reuso simbólico, como é o caso do Complexo Siderúrgico de Völklingen, cuja produção foi encerrada em 1986, e que, apenas oito anos depois, entrou para a lista de Patrimônio da Humanidade como exemplar único, em toda a Europa Ocidental e América do Norte, de um sistema integrado de siderurgia construído e equipado nos séculos XIX e XX e que se mantinha intacto. Foi nomeado, em 1999, como Centro Europeu para a Arte e Patrimônio Industrial¹.

Em segundo lugar, deve-se considerar que o processo de sua conservação e posterior reabilitação implica reconhecer o papel da comunidade que deu vida e operacionalizou tal espaço. E, especificamente no caso de antigas áreas industriais e de residência operária, deve-se levar em conta a possibilidade de uso e apropriação social desses novos equipamentos por parte dos parte desta comunidade.

1 Territórios Industriais

No desenvolvimento deste trabalho foram analisados o espaço consolidado por cinco fábricas selecionadas em São Paulo e Rio de Janeiro do ponto de vista físico e cultural, buscando-se entender suas relações convergentes - apoiados nos conceitos de atividades desenvolvidas e do tipo edificado - e desvendar suas peculiaridades e divergências regionais, que influenciaram a forma particular com que cada território fabril se adaptou ao impacto do encerramento de suas atividades produtivas.

É inegável que as cidades contemporâneas passam por uma considerável adaptação aos novos processos econômicos e tecnológicos, e que esses processos têm

¹ Na época de sua nomeação como Patrimônio da Humanidade, o ICOMOS consultou o Dr. Barrie Trinder, especialista na área, que teceu o seguinte comentário: “[...] este é um lugar espetacular, que certamente preenche os critérios históricos estabelecidos para tornar-se Patrimônio da Humanidade em razão de sua integridade tecnológica. Eu não sei de nenhuma outra área no ocidente onde um auto-forno completo dessa geração ainda esteja de pé com todas as suas plantas subsidiárias”. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/687.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2010.

profundo impacto sobre o ambiente construído, em especial, sobre o tecido urbano constituído pelas estruturas produtivas e consolidado ao longo do século XX. Tais estruturas representam uma porção significativa do espaço urbanizado em cidades industriais, encontrando-se, atualmente, em sua maioria, desativadas e abandonadas.

O levantamento urbanístico e patrimonial das cinco fábricas visou compreender esse novo ambiente urbano resultante do conjunto de alterações estruturais na economia e na sociedade a partir do desenvolvimento de novas competências e lógicas empresariais decorrentes da crise no modelo de produção fordista e da emergência de novas formas de produção e de articulação das empresas e dos territórios.

Para abordar essas questões, a investigação buscou, primeiramente, entender as transformações ocorridas no território a partir do desenvolvimento industrial nas cidades onde se processou a origem da indústria moderna brasileira e a expressão espacial desse processo, tendo por foco a indústria têxtil, que foi o setor industrial mais expressivo e deixou um legado construído significativo sob o ponto de vista urbano e arquitetônico. Em atenção a esse recorte, foram analisadas as reconstruções do território industrial com base na sua preservação como ato de reapropriação espacial.

A fisionomia particular desses edifícios, impressa em seus aspectos plásticos e projetuais, é identificada aqui nas técnicas construtivas, no seu sistema estrutural, na escala, na tipologia e tamanho das envasaduras, na sua altura, nos seus sistemas de exaustão e ventilação forçada e na sua relação com o espaço urbano, que lhes conferem caráter², distinguindo-os de outras tipologias arquitetônicas.

Os traços que definem o caráter do edifício, no caso da arquitetura industrial, não se restringem somente à sua planta e elevação, mas conseguimos identificá-los também em sua implantação. A destinação industrial orienta sua implantação próxima a fontes de energia, como os rios, e conectada à linha férrea, principal meio de transporte e

² Aqui nos valem dos verbetes de Quatremère de Quincy. Em nossa análise, empregamos o caráter para definir, nas edificações industriais, seus *caracteres distintivos* que permitem sua singularização, como expressão da unidade que preside a eleição de elementos, a disposição das massas, a distribuição, a ordenação, a modenatura e os contrastes. Quatremère de Quincy atribuía o uso da ideia de *caráter* “[...] a uma determinada espécie ou a um certo número de traços distintivos, ou seja, àqueles que têm eminentemente a propriedade de designar e de distinguir um objeto entre muitos outros objetos semelhantes” (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1832 apud PEREIRA, 2008, p.191).

elemento essencial para o escoamento da produção e para a alimentação da fábrica com sua matéria-prima.

As características de implantação das fábricas (fig. 2 e 3) provocaram transformações sensíveis no tecido urbano, promoveram a construção de infraestrutura básica e organizaram bairros inteiros, configurando um cenário urbano peculiar.



Fig. 2 - Inserção Urbana das Fábricas Paulistas. Elaboração da autora.

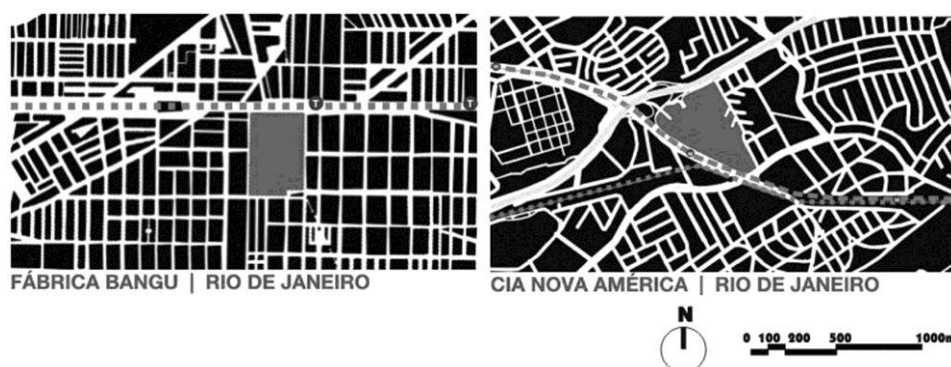


Fig. 3 - Inserção Urbana das Fábricas Cariocas estudadas. Elaboração da Autora.

Com base nesse quadro, foram analisadas as características espaciais de algumas fábricas, identificando unidades tipicamente urbanas, como a Fábrica de Tecidos São Luiz, em Itu, Estado de São Paulo, implantada na rua principal da cidade, em um lote vizinho ao da Igreja de Bom Jesus; unidades que foram implantadas nas bordas da área urbanizada, como a Brasital, no município paulista de São Roque; unidades que se originaram de fusões de outras fábricas, transformando-se em grandes complexos, como a Brasital, no município paulista de Salto, e a Cia. América Fabril, no município do Rio de Janeiro; e, finalmente, aquelas instaladas em zona rural, como a Fábrica Bangu, também no município do Rio de Janeiro.

Em todos estes casos de reabilitação de patrimônio industrial percebemos relações divergentes e intensidades diferenciadas na valorização do ciclo de vida do edifício, concernentes ao respeito e valorização de seu *passado*, por meio de suas pré-existências físicas, assim como a melhoria da envolvente material; considerando seu valor cultural *presente*, quando são incorporadas condições de habitabilidade, eficiência e conforto, visando à sua nova existência contemporânea; e considerações a respeito do *futuro* dessas edificações, tanto de um ponto de vista acerca do aspecto físico, relacionado ao planejamento das adições necessárias a sua nova existência e da compatibilidade das características espaciais e materiais entre as subsistências e as adições, e no que diz respeito à possibilidade de reversibilidade das intervenções, quanto de um ponto de vista acerca do imaterial, relacionado ao poder do novo uso, a partir da perda da função original do edifício e da capacidade do processo de sua reabilitação ainda suscitar lembranças e resgatar as memórias instaladas no espaço edificado.

2 As fábricas Paulistas

No Estado de São Paulo, com forte identidade histórica, econômica e cultural associada à atividade industrial, o processo de desocupação industrial foi sucedido por uma nova ocupação de áreas preteritamente industriais que não observou o patrimônio edificado e as comunidades envolvidas, as quais haviam ajudado a criar e sustentar essas indústrias por décadas. Esse processo de substituição acontece em tal velocidade que não permite o inventário preciso dessas pré-existências, para que ao menos o registro histórico seja mantido. Contudo, esforços imensos de acadêmicos, comunidades, organizações não governamentais, entre outros, têm sido feitos para preservar, inventariar e promover a reutilização respeitosa desses monumentos industriais com base em uma abordagem histórico-crítica.

Voltando-nos para as três edificações industriais de São Paulo que foram examinadas no presente trabalho – a Fabrica São Luiz, a Brasital de São Roque e a Brasital de Salto (fig. 4), podemos verificar uma conduta heterogênea por parte dos proprietários e usuários atuais dos imóveis, tanto do ponto de vista das intervenções físicas para reabilitação do imóvel (valorização de seu presente e futuro), quanto nos aspectos de memórias (valorização de seu passado).



Fig. 4 - Localização das Fábricas Paulistas estudadas. (1) Brasital, Salto; (2) Fábrica São Luiz, Itu; (3) Brasital, São Roque. Elaboração da autora.

2.1 A Fábrica de Tecidos São Luiz de Itu

A Fábrica de Tecidos São Luiz, em Itu, funcionou de 1869 a 1982 e pertence à primeira fase da indústria têxtil no país, sendo a primeira fábrica de fiação e tecelagem a utilizar vapor como força motriz no Estado.

O *caráter*, entendido como sinônimo de propriedade indicativa do que o edifício é e do que ele deve parecer ser, no caso da Fábrica de Tecidos São Luiz, reside na sua arquitetura industrial peculiar. Embora o edifício tenha sido projetado para abrigar a fábrica, o tratamento de suas fachadas diferencia-se de instalações produtivas contemporâneas a ela, nas quais elementos como o tijolo aparente e os lanternins são imperativos. A aspecto exterior da fábrica remete à arquitetura dos solares assobradados existentes na Rua Paula Souza - denominada na cidade como “eixo histórico”, onde a fábrica foi implantada, não explicitando sua real atividade, com

exceção de sua chaminé, um torreão de seção quadrada construído em tijolos aparentes.

Outra característica interessante da arquitetura da fábrica é que, apesar do emprego de alvenaria de tijolos, técnica construtiva nova para a época, as espessuras das paredes são ainda aquelas empregadas quando do uso da taipa.

A implantação da fábrica deu-se em local privilegiado da cidade, em área onde a cidade praticamente iniciou. Considerando aqui a tipologia fabril e as outras fábricas estudadas, o local de implantação da Fábrica São Luiz estabelece também um importante elemento de distinção. Como constata o parecer do conselheiro Antônio Luiz Dias de Andrade:

[...] mantém o conjunto industrial da Fábrica de Tecidos São Luiz significativas relações com a estrutura urbana na qual se encontra situado, configurando espaço peculiar de suma importância para a manutenção dos valores ambientais que identificam e oferecem personalidade ao centro histórico de Itu (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, pp. 72-73).

Outro fator importante, ressaltado no parecer do conselheiro Antônio Luiz Dias de Andrade sobre o tombamento da fábrica, é a questão da preservação do conjunto urbano. O arquiteto Carlos Lemos em 1969, em seu relatório de viagem a Itu, traça considerações a respeito de um possível roteiro histórico dentro da zona urbana, sugerido no plano diretor da cidade, elaborado naquela época pelos arquitetos João Walter Toscano e Júlio Roberto Katinsky. Lemos afirma que “[...] o espectador, ou turista, poderá ir apreciando ângulos, dentro do espaço urbanístico, representativos da antiga feição arquitetônica da cidade [...]”, simbolizados por “[...] grupos de construções do sec. XIX – as últimas ainda conservadas, que conseguiram escapar da ação dos reformadores da cidade [...]”, e finaliza aludindo ao fato de que “[...] poucos exemplares arquitetônicos conseguiram chegar a nossos dias [...]” e, portanto, “[...] sendo poucos, deverão ser conservados [...]” (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, pp. 6-7).

É interessante notar que o fechamento da fábrica, em em 1982, suscitou a retomada das discussões, encerradas em 1979, após o processo ficar paralisado por dez anos. E, além disso, atribuiu uma urgência que até então não havia se manifestado. A fábrica foi tombada em 1983, pouco mais de um ano após o pedido de reabertura do processo.

Outro fato curioso é que, no parecer do conselheiro Antônio Luiz Dias de Andrade, existe a preocupação em preservar o edifício juntamente com as “[...] primitivas máquinas e equipamentos remanescentes [...]” (CONDEPHAAT, Processo nº 22338/82, p. 73), que acaba não sendo explicitada na minuta de tombamento. As máquinas acabaram sendo vendidas pelos proprietários da fábrica, restando apenas a caldeira. Assim, o inventário sistemático dos equipamentos elaborado pelos técnicos do CONDEPHAAT constitui a única documentação, visual e descritiva, dos artefatos industriais móveis da Fábrica São Luiz.

Com relação ao caso da reabilitação da Fábrica São Luiz, em Itu, estamos diante de uma iniciativa bastante particular, pois a fábrica permaneceu como propriedade da família de um de seus fundadores, que zela pelo local como um templo e exerce a função de difusor da história da fábrica ao narrá-la aos visitantes. Seu desmonte não resultou em sua desintegração do tecido urbano, nem em abandono, pois, como parte integrante de um conjunto urbano singular, seu valor histórico e cultural foi conservado, mesmo depois de ter perdido a importância econômica. O processo de patrimonialização sugeria a inclusão do maquinário, o que acabou não sendo efetivado. Do maquinário original resta apenas parte da caldeira que produzia o vapor que acionava as máquinas, e as atividades mantidas hoje em seu espaço não fazem mais alusão à sua característica industrial, embora reafirmem, por meio das narrativas históricas e do caráter de seu tipo edificado, seu lugar como patrimônio da industrialização e a sua permanência, tanto em nível espacial-estrutural quanto histórico, social e cultural.

2.2 A Brasital de Salto

A Fábrica Brasital, localizada no município de Salto, vizinha de Itu, originou-se da fusão das primeiras tecelagens instaladas na cidade, entre 1875 e 1882, durante o Império. Essas edificações foram ampliadas pelas empresas que sucederam as instalações industriais pioneiras, tornando-se um grande complexo que orientou o crescimento de Salto, sua história e sua cultura, além de constituir a marca visual mais significativa da paisagem da cidade.

A mantenedora italiana da Brasital encerra suas atividades em 20 de janeiro de 1970. No ano seguinte, ela é vendida para Dow Orni e Simon Feldon e entra em decadência.

Em 1981, é vendida para a Alpargatas Santista Têxtil S/A, que manteve atividades no local até 1995. O conjunto de imóveis da fábrica foi adquirido em 2000 pelo Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio, que inicia suas atividades universitárias no local no ano seguinte.

Em 2006, Valderez Silva, então secretário da Cultura e Turismo da cidade, pede o tombamento das edificações da antiga Brasital e dos chalés dos mestres e contramestres, lindeiros ao agora campus universitário. Na justificativa para o tombamento, Valderez Silva argumenta:

Por integrarem o processo pioneiro de industrializações de São Paulo, a história dos movimentos operários no Brasil e a memória da imigração italiana, bem como por suas características arquitetônicas, que a comunidade teme ameaçados, pede-se a esse conselho as mais breves providências para o resguardo daqueles bens (CONDEPHAAT, Processo nº 57.118/08, 2006, p. 1).

A Brasital é tombada em 2009, e podemos observar que a conservação desse patrimônio grandioso da industrialização paulista, sendo ela imposta por tombamento ou realizada de forma voluntária pela instituição desde a sua aquisição, contribui para uma melhor leitura e compreensão dos processos históricos de construção da identidade local e de organização espacial do tecido urbano, moldando o imaginário e a memória coletiva ao celebrar a longevidade do lembrar associado às formas arquitetônicas singulares da fábrica.

No caso da Brasital de Salto, sua reabilitação como instituição de Ensino Superior induziu quase a um cataclismo urbano, gerando atratividade para uma área edificada de significativa monta, que se encontrava, desde sua desocupação industrial, fechada e abandonada. A instalação da instituição, que hoje, nove anos após o início de suas atividades em Salto, conta com mais de 5.000 alunos, produziu um progressivo desenvolvimento na cidade, gerando empregos, promovendo o estabelecimento de comércio e de serviços direcionados ao ambiente universitário, o que conduziu a uma nova interpretação do local e a um relativo distanciamento de seu passado industrial, rememorados dentro da instituição somente por meio dos símbolos edificados que foram mantidos³. Quando a Brasital de Salto é fechada, os antigos operários se vão em busca de novos postos de trabalho, e ela perde a importância econômica que tinha

³ Quando a Instituição de Ensino Superior comprou as instalações da antiga Brasital, o conjunto ainda não estava em processo de tombamento. Portanto manter o aspecto original das edificações foi uma decisão econômica e não política.

para a cidade. Os remanescentes edificados não são suficientes para narrar a sua história. Esse papel memorial é exercido efetivamente na cidade pelo Museu da Cidade de Salto, que mantém a história da fábrica viva por meio de documentários, depoimentos de ex-funcionários e de arquivos iconográficos; e também pelo Centro de Memória Bunge, que, como sucessora da última empresa a ocupar a edificação, conserva documentos empresariais, cartográficos e iconográficos, disponibilizando-os para consulta. O primeiro, por estar na cidade e ter contato direto com ex-funcionários, exerce o papel de guardião da memória da Brasital de uma forma mais efetiva e atuante. Por fim, o processo de patrimonialização da fábrica, com seu tombamento, garante a proteção da edificação e a manutenção de seu caráter e tipologia.

2.3 A Brasital de São Roque

Construída pouco mais de uma década depois da Fábrica São Luiz, a Companhia Industrial de São Roque iniciou suas atividades em 1892, sendo idealizada pelo comerciante italiano Enrico Dell'Acqua, nascido em Abbiategrosso, no centro da indústria têxtil da Lombardia, para ser sua primeira fábrica de tecidos de algodão na América do Sul.

A empresa Dell'Acqua adquiriu, em 1890, uma área com cerca de 235 mil metros quadrados junto ao Rio Aracaí, que garantiria o fornecimento da água necessária para alimentar a turbina que, em conjunto com o motor a vapor, possibilitaria o movimento dos teares.

Comparada à Fábrica São Luiz, que utilizava um modelo de edificação tradicional para o fim industrial, e à Fábrica Santa Amélia, em São Luiz do Maranhão, que trazia em sua solução arquitetônica traços da arquitetura vernacular maranhense, na fábrica de São Roque, fundada na mesma época em que a Fábrica Santa Amélia, são introduzidas inovações nas soluções construtivas, como o sistema estrutural baseado em perfis metálicos e pilares de ferro fundido, importados da Inglaterra. O uso de elementos padronizados na edificação e a solução padronizada de seus pavilhões possibilitaram a rapidez de execução.

Além do aspecto da aparência, as fábricas pioneiras, como a São Luiz, adotavam um programa produtivo simplificado, cujo sistema fabril agregava geralmente em um só

edifício as atividades de fiação e tecelagem, similar ao modelo norte-americano (SAIA, 1988, p. 122).

Com um programa produtivo mais complexo, que incluía a fabricação de tecidos finos, colchas, atoalhados, guardanapos e adamascados, a Fábrica Enrico Dell'Acqua e Cia. encaixa-se no modelo do edifício fabril com tipologia específica, cujas soluções arquitetônicas aproximam-se das encontradas nas fábricas inglesas, e elementos como os sheds já se fazem presentes. Sua organização espacial e o sistema estrutural adotado permitiram que os ambientes fossem amplos, bem iluminados e ventilados, especialmente pela adoção de aberturas zenitais (sheds).

Na Brasital de São Roque, pudemos verificar que a preservação dos edifícios e do sítio industrial reconhece suas especificidades materiais e imateriais, as quais ajudaram a configurar a cidade. A manutenção de seu caráter edificado pela implantação do Núcleo de Atividades Culturais e Educacionais da cidade significou uma estratégia política de interesse cultural para o desenvolvimento urbano. Partiu da cidade a iniciativa de sua preservação, que mantém a história viva e agrega novamente muitos habitantes por meio das atividades desenvolvidas nos antigos galpões da fábrica. A implantação desse equipamento público valorizou a área industrial que estava abandonada e estigmatizada e, conseqüentemente, levou a desdobramentos na melhoria da qualidade de vida da população ao ampliar as opções de atividades culturais e educacionais, e com isso também proporcionou o incremento dos aspectos econômicos, ao gerar empregos e contribuir para a formação profissional da população da cidade. O caráter memorial é mantido pela biblioteca instalada no local, que, assim como o Museu da Cidade de Salto, detém a história da Fábrica e promove a sua difusão.

3 As Fábricas Cariocas

O final do século XIX e o início do século XX constituíram um período de transição na história do Brasil, marcado por transformações de ordem econômica, social, política e cultural, com repercussões no espaço urbano, arquitetônico e habitacional das cidades.

No último quartel do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, passou a ser o principal centro comercial e financeiro do país, o que contribuiu para que a província do Rio de Janeiro se transformasse em um importante centro de empreendimentos industriais. Porém o desenvolvimento da indústria de transformação local só se tornou possível por meio da proteção em relação à concorrência estrangeira, visto que o porto do Rio de Janeiro era o mais importante centro de importação do país.

O Estado do Rio de Janeiro respondia, no início do século, por 37,8% da indústria brasileira, o que lhe conferia a condição de mais importante centro industrial, com a mais diversificada estrutura produtiva. Com o deslocamento industrial para o Estado de São Paulo em 1920, o Rio de Janeiro perde seu lugar como centro industrial do país, o que talvez explique o fato de sua identidade hoje pouco se relacionar com a atividade industrial.

As características das intervenções nas edificações fabris estudadas nos casos do Estado do Rio de Janeiro (fig. 5) concretizam essa imagem cosmopolita e cultural que está fortemente arraigada em sua imagem urbana.



Fig. 5 - Localização das Fábricas Cariocas Estudadas. (4) Fábrica Bangu; (5) Cia Nacional de Tecidos Nova América. Elaboração da Autora.

3.1 A Fábrica Bangu

A Cia. Progresso Industrial do Brasil, ou simplesmente Fábrica Bangu, fundada em 1889, destaca-se por algumas particularidades. Em primeiro lugar, destacam-se os aspectos inusitados de sua implantação em área rural, na freguesia de Campo Grande, hoje Bangu, distante cerca de 30 km do centro do Rio de Janeiro.

A segunda particularidade decorreu da condição mesma de sua implantação: a fábrica induziu o processo de urbanização naquele setor da cidade, que era até então essencialmente rural. Quando da aquisição da Fazenda Bangu pela Cia. Progresso Industrial do Brasil, existia apenas a Estrada Real de Santa Cruz, antigo Caminho dos Jesuítas. Com a construção da fábrica, a Companhia abriu duas ruas que se chamariam Estevão, em homenagem ao primeiro presidente da Companhia, e Fonseca, nome de um diretor, sendo que as demais eram trilhas para circulação dos carros de bois. É partindo desse traçado urbano inicial que o ambiente instaurado pela implantação da fábrica começa a tomar características urbanas. Ao mesmo tempo em que se erguia o prédio da fábrica, com as sobras de seu material uma vila operária era construída, com iluminação à luz elétrica e água potável, fornecimentos providos pela

fábrica. O processo de urbanização se intensificaria, abriram-se novas ruas paralelas e perpendiculares à fábrica e à vila operária existente, prevendo a expansão do casario da vila operária entre a fábrica, a Estação de Bangu e a Estrada de Ferro.

A terceira particularidade refere-se à ampliação das premissas utilitaristas no programa da fábrica. Verifica-se, no caso da Fábrica Bangu, além da vila operária construída por ela, o incentivo à construção por particulares em seus terrenos, além de outras edificações necessárias à vida de Bangu, como a escola, a igreja e a Sociedade Musical Progresso de Bangu, que, em 1907, se tornou o Casino Bangu. Os esportes tipicamente ingleses, como cricket, lawn tennis, bowls, croquet, além do futebol, também eram incentivados pelo Bangu Athletic Club.

Com relação a sua arquitetura, o projeto arquitetônico inglês pode ser identificado não só no uso do material, mas também na tipologia arquitetônica fabril que se firmava no período, apresentando soluções estéticas e volumétricas compatíveis com o seu programa, apesar de estar localizada na zona rural da cidade; no tratamento plástico das suas fachadas, com envasaduras regulares e repetidas; nos frisos e colunas destacadas, os quais comprovam o apuro estético da edificação. A entrada principal é dominada pela chaminé e pelo volume destacado, onde se encontra o relógio de quatro espelhos, encimado pelo telhado em ardósia.

O tombamento municipal, em 1995, evidencia a preocupação com a manutenção das características arquitetônicas do conjunto, sobretudo seus elementos construtivos em ferro fundido, tijolos e pedras e os elementos decorativos.

A alienação paulatina dos territórios fabris, culminando com seu fechamento na década de 1990, enfraquece a imagem da Fábrica, que a abertura do Shopping Bangu, em 2007, procura resgatar. A reabilitação da fábrica por meio de seu novo uso procura perpetuar a sua imagem empreendedora e centralizadora para a história e memória dos habitantes de Bangu. O tombamento do conjunto de prédios da Fábrica, seu lugar da memória, garante, ao menos em tese, que a memória dessa imagem – a qual marcou profundamente a vida das pessoas ao seu redor, e que o bairro guarda, arquiva e exhibe - seja perpetuada nas pedras e possa integrar um fundo cultural comum a todos, a ser transmitido de geração em geração.

3.2 A Cia América Fabril e Cia Nacional de Tecidos Nova América

A Companhia América Fabril constitui um exemplo de conglomerado industrial têxtil que incorporou várias fábricas para criar um sistema de produção integrada, em uma trajetória de crescimento vertiginoso que a transformou na mais importante empresa têxtil do país.

Elisabeth Von der Weid afirma que a Cia. América Fabril ocupava o primeiro lugar, no final da década de 1920, entre as principais companhias têxteis do Rio de Janeiro e de São Paulo, estado que já havia assumido a liderança do ramo:

Apenas as fábricas têxteis das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, de São Paulo, tinha um valor de produção próximo ao da América Fabril, mas a superavam em metragem, o que indica que os tecidos desta companhia eram mais caros, e portanto mais refinados. A fábrica de Matarazzo, que produzia em maior escala, era especializada em sacaria (WEID, 1986, p. 18).

A Companhia Nacional de Tecidos Nova América foi construída em um modelo arquitetônico caracterizado pela predominância de grandes fachadas em alvenaria de tijolos aparentes, típico do estilo inglês manchesteriano.

A Fábrica teve a falência decretada durante a ditadura militar. No governo do general João Baptista Figueiredo, por meio da luta dos trabalhadores, a Companhia passou ao controle do BNDES. Em 1984, a empresa foi reprivatizada, passando a ser propriedade da Multifábrica Industrial Têxtil S. A.. A fábrica foi desativada em 1991, e a produção foi transferida para sua nova unidade, denominada Unidade Fonte Limpa, localizada em Santa Cruz da Serra, no município de Duque de Caxias. De 1991 até sua conversão em um Shopping Center em 1995, ela permaneceu com suas portas fechadas.

O espaço ocupado pela Cia. Nova América era estratégico, implantada em um dos maiores entroncamentos viários do Rio de Janeiro - Av. Dom Helder Câmara (antiga Av. Suburbana) com Av. Pastor Martin Luther King (antiga Automóvel Clube); possuía uma saída direta para a Linha Amarela, relativamente próxima à Linha Vermelha e à Av. Brasil; articulava-se à estação de metrô Del Castilho por uma passarela que levava o pedestre direto ao interior da antiga fábrica, além de haver proximidade com a linha férrea. Tal condição tornava esse espaço uma grande oportunidade para o mercado imobiliário.

A reabilitação da Cia. Nova América reafirma o lugar do patrimônio industrial como catalisador de transformações econômicas, urbano-geográficas e culturais pelas quais as cidades e as sociedades capitalistas vêm passando na produção do espaço urbano contemporâneo. A característica fabril foi utilizada como um diferencial estratégico do empreendedor na valorização da história e preservação da memória urbana, criando um atrativo a mais para o consumidor que busca a proximidade com a história do lugar, além de manter a representatividade simbólica e a identificação que os moradores do bairro possuíam com a fábrica.

4 Considerações Finais

A pesquisa mostrou que estes cinco antigos espaços de produção têxtil foram capazes de absorver as perturbações causadas pelo encerramento de suas atividades, reorganizando-se cada qual de uma forma e intensidades diferente, mas com o mesma linha essencial que foi a valorização de sua estrutura material e a compreensão social, cultural e tecnológica de seu patrimônio industrial, objeto veiculador da memória de homens, mulheres e crianças que ajudaram a construir esses espaços de produção, e que conferiram identidade a bairros, cidades e regiões.

A capacidade de adaptação destes territórios pode ser intimamente associada às características intrínsecas de seu tipo, caráter, poder, ordem espacial, aura e pluralidade. Essas características foram essenciais em sua reorganização conferindo às cidades um novo lugar sustentável, renovado, com funções variadas, mas que mantém sua estrutura e identidade preservadas.

Ao analisar estas cinco fábricas não foram encontradas estruturas fixas e repetitivas – tanto materiais, cristalizadas nas edificações, quanto imateriais, relativas a valores culturais, sociais –, que pudessem indicar uma forma única de gerir o patrimônio industrial enquanto território resiliente na cidade contemporânea. O que encontramos foi a diversidade, cada fábrica se encontrava mais ou menos vulnerável para lidar com a mudança, com a complexidade, com as crise e perturbações múltiplas advindas de seu fechamento. Para cada fábrica estudada existiram um tempo e um espaço, nos quais uma nova configuração urbana e social foi estabelecida, de forma heterogênea e com complexidades variadas, apesar de pertencerem a uma mesma categoria industrial – a indústria têxtil - e de estarem localizadas nos setores em que esse tipo

de indústria mais se desenvolveu no país - São Paulo e Rio de Janeiro. E mais ainda, observamos que cada fábrica encontrou uma forma diferente para se adaptar face ao contexto de turbulência e perturbação da crise econômica, para não desaparecer frente às mudanças espaço-temporais.

A história dessas indústrias, e de muitas outras, é uma história de recriação no tempo, mais do que a simples preservação de seu lugar dentro da cidade. Apesar de sua função ter sido temporária e de as pessoas envolvidas na manutenção de tal função serem atores de uma cena em movimento, fadada a ceder lugar para outras cenas no tempo e no espaço, a essência de sua estrutura material, particularmente o papel de sua arquitetura como monumento, manifesta uma compreensão social e cultural, tomada como objeto veiculador de memória.

Reabilitar espaços antigamente ocupados pela indústria pode significar o rompimento de um processo de esvaziamento de sentido do patrimônio industrial, bem como pode significar a valorização da memória do trabalho, o que contribui para a formação de uma imagem positiva da atividade industrial, que sustentou uma grande parte da população dos estados estudados. Esse processo requer esforços efetivos dos órgãos de preservação, da sociedade e do Estado.

A resiliência é, principalmente, uma forma de pensar e planejar o futuro em uma lógica de adaptação e valorização dos territórios. Nesse sentido, a valorização cultural, tecnológica, histórica e social do território industrial confere às cidades um novo lugar, importante graças às características intrínsecas de seu tipo, caráter, poder, ordem espacial, aura e pluralidade. A nossa herança industrial poderá, assim, permanecer objetivamente atuante, tornando-se um lugar sustentável, capaz de renovar-se, receber funções variadas, ser frequentado e utilizado com o passar do tempo, além de poder revitalizar áreas desativadas e estagnadas. Manter viva a imagem e a identidade dos lugares industriais reafirma o respeito que a população tem pelo seu espaço de moradia e trabalho, regenerando a autoestima esmaecida com o esvaziamento produtivo, e torna esses espaços um lugar digno de preservação.

BIBLIOGRAFIA

CANCLINI , N. G.. *Imaginários Urbanos*. Buenos Aires: Ed. Universidade de Buenos Aires, 2005.

CARPENTER, S.; WALKER, B.; ANDERIES, J. e ABEL, N.. From metaphor to measurement: resilience of what to what?. *Ecosystems*, Chile, v. 4, n.8, 765–781, 2001. Disponível em: [ftp://ecosistemas.uchile.cl/pub/Docencia/Sistemas_](ftp://ecosistemas.uchile.cl/pub/Docencia/Sistemas_ecosociales/Literatura/Clase_3/resiliencia.pdf)
[ecosociales/Literatura/Clase_3/resiliencia.pdf](ftp://ecosistemas.uchile.cl/pub/Docencia/Sistemas_ecosociales/Literatura/Clase_3/resiliencia.pdf) . Acesso em 04 jan.2012.

CARPENTER, S., BROCK, W.. Adaptive capacity and traps. *Ecology and Society* v.13, n.2, 2008. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art40/>. Acesso em 04.jan.2012.

GHIRARDO, D. *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GUNDERSON, L. e HOLLING, C. S. *Panarchy: understanding transformations in human and natural systems*. Washington: Island Press., 2002.

LIMONAD, E.. *Estranhos no Paraíso de Barcelona. Impressões de uma geógrafa e arquiteta brasileira residente em Barcelona*. In *Biblio 3W*, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. X, nº 610, 25 oct. 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-610.htm>. Acesso em 02 set. 2010.

PEREIRA, R. B.. *Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy*. 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) –Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2008.

PEREIRA, R. B.. *Quatremère de Quincy e a ideia de Tipo*. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, v. 13, p. 55-77, 2010.

SAIA, H.. *Arquitetura e indústria: fábricas de tecidos de algodão em São Paulo 1869-1930*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAU, USP, 1988.

quanto orientação de planeamento. *Revista Prospectiva e Planeamento – Temática Economia e Território*, Lisboa, v. 16, 13-28,

2009. Disponível em:
http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/1426/Territorios_Resilientes.pdf. Acesso em 20 Dez.2011.

WALKER, B.; HOLLING, C.; CARPENTER, S. e KINZIG, A. (2004). Resilience, adaptability and transformability in social–ecological systems. *Ecology and Society*, Canada, v.9, n.2, 2004. Disponível em:
<http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5/print.pdf>. Acesso em 03 Jan.2012.

WEID, E. von der; BASTOS, A. M. R.. *O fio da meada: estratégia da expansão de uma indústria têxtil (1878-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.